

Confronto dos poderes**Depois do discurso, Ulysses nega rompimento com o governo Sarney****JOÃO BATISTA NATALI**
Enviado especial o Brasília

Literalmente prensado por repórteres empunhando gravadores, e por técnicos equipados com a parafernália de televisão, Ulysses Guimarães deixou o plenário pouco depois das 17h, respondendo com um lacônico "não" quando lhe indagaram se o PMDB havia rompido com o governo. Durante o mesmo assédio, ele reconheceu eufemicamente que o ministro da Previdência, Renato Archer, tivera "alguns problemas" em seu relacionamento com o Planalto, mas que "tudo terminará bem", como de fato terminou: sem a propalada demissão de ministros.

A bonomia estampada naquele momento pelo presidente do PMDB e do Congresso constituinte contrastava com a tensão que predominava na véspera, na casa de Archer, durante reunião informal do estado-maior "ulyssista", de 20h até pouco antes da meia-noite. O encontro ocorreu ao redor do aparelho de TV, onde a partir das 20h30 o presidente Sarney entrou em rede nacional para criticar o projeto de Constituição.

Archer explodiu ao perceber que Sarney "falsificara" informações elaboradas por seu gabinete sobre os custos das vantagens previdenciárias previstas pelos constituintes. Considerou-se pessoalmente atingido e disse não ter mais condições de permanecer no governo. Ulysses, ouvindo bem mais que falando, sabia que Archer não era apenas a

maior dotação orçamentária do PMDB no Ministério, mas sobretudo um íntimo amigo seu.

Celso Furtado, ministro da Cultura, discorre sobre a suposta tentativa de Sarney de, atacando os trabalhos constituintes, enfraquecer Ulysses e com ele seu partido. Luiz Henrique Silveira, ministro da Ciência e Tecnologia, intervém de forma mais moderada. Diz ter recebido à tarde telefonema do presidente da República, afirmando que seu pronunciamento não tinha alvos pessoais, motivando-se apenas pela preservação da "governabilidade" do país com a nova Constituição. Mas, em caso de demissão de Archer e Furtado, afirma que também deixaria o ministério. Ou, como diria ontem um dos presentes, ele não correria o risco de "virar um novo Brossard", um ex-progressista hoje afinado com a equipe Sarney.

Enquanto os "ulyssistas" discutem, por três vezes toca o telefone. Do outro lado da linha, Sarney procura contatar Ulysses para lhe dar sua interpretação do pronunciamento levado ao ar. Por três vezes Ulysses se recusa a atendê-lo, caracterizando um clima de ruptura. Delibera-se que no dia seguinte, antes da abertura da sessão, o presidente do Congresso constituinte responderá "em termos duros" ao presidente da República, sem que ele, endossando essa ideia, tivesse se posicionado sobre a possibilidade de demissão dos ministros.

Ontem, pela manhã: Ulysses levantou-se pouco depois das 7h, lê os

jornais, e, fechado no escritório de sua mansão, passa a redigir, a mão, seu discurso. Telefona seu vizinho, o presidente do Senado, Humberto Lucena. Ele manda dizer que não está. Mas atende às chamadas dos governadores Orestes Quércia (SP), Tasso Jereissati (CE), Moreira Franco (RJ) e Newton Cardoso (MG). Em resumo, todos pedem que não se consuma uma ruptura, que os deixaria impossibilitados de, como governadores peemedebistas, fazerem oposição a Sarney.

As 10h30, com o rascunho de seu discurso já terminado, Ulysses pede para que seu assessor, Miguel Reale, lhe traga cifras sobre o Congresso constituinte (5,4 milhões de pessoas frequentando suas dependências, 39 mil emendas nas diferentes etapas dos trabalhos) que iria anexar ao texto.

Não telefona a ninguém para adiantar o conteúdo do que redigiu. Os líderes de seu partido, Nelson Jobim, e na Câmara, Ibsen Pinheiro, só são informados de suas intenções às 15h30, quando, acompanhado de sua mulher, Mora —que só frequenta a tribuna de honra do Congresso em ocasiões muito excepcionais—, ele chega para a abertura da sessão, dentro de seu velho e lustroso Landau preto.

O discurso que trazia no bolso "dava o troco" a Sarney e encerrava, minimizada, a alardeada "crise entre os poderes" que predominou por algumas horas na crônica brasiliense.

Relacionamento alterna cortesia e irritação

Da Redação

O relacionamento entre o presidente Sarney e o presidente Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, vem sendo marcado por extremos de cortesia (Ulysses chegou a definir a relação como um "namoro") e irritação recíproca.

Uma entrevista coletiva do presidente, em 17 de junho de 87, no Palácio do Planalto (Brasília) abriu a temporada de ataques mútuos

entre os dois mais poderosos homens da estrutura política brasileira, após o início dos trabalhos do Congresso constituinte (fevereiro de 87). "O mandato presidencial podia ter sido resolvido muito antes da Constituinte. Eu propus isso ao dr. Ulysses. Eu propus isso no pacto político, fazendo parte deste entendimento e não conseguimos", disse Sarney.

A demissão de Dorany Sampaio (PMDB) da superintendência da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em

agosto de 87, também causou problema entre os dois. Ulysses considerou a decisão uma afronta ao partido. Sarney respondeu que afronta seria "o presidente da República não ter liberdade de exercer os seus poderes de administração, quando ele deve exercer essa autoridade". Falando a um amigo sobre seu descontentamento com o caso, Ulysses cunhou uma frase-síntese do governo Sarney, pela sua visão: "O preço que temos que pagar pela transição é José Sarney."

Para PMDB, 'progressistas' saem favorecidos

Da Sucursal de Brasília

O embate dos dois últimos dias entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, favorece as teses "progressistas" de rompimento com o governo na Convenção Nacional do PMDB marcada para 21 de agosto. Esta foi a avaliação quase unânime entre os parlamentares peemedebistas.

"Agora não tem mais jeito, vai haver disputa na convenção", disse o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), após a aprovação do projeto de Constituição pelo plenário. Para o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), "o viés progressista do partido se fortalece com os acontecimentos dos últimos dias".

Um deputado ligado a Ulysses, Genebaldo Corrêa (BA), afirmou que o episódio "serviu para aproximar o dr. Ulysses do setor 'progressista'". O deputado acrescentou que "se os três ministros (Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado) pedirem demissão, não será preciso sequer colocar em votação a proposta de rompimento".